

## **CAPITAL SOCIAL GERANDO EMPREENDEDORISMO**

Claudiney Guilhermino de OLIVEIRA (G- UNIANDRADE)

Joslaine Cristina BOCALETE (G- UNIANDRADE)

Vilma da Silva ARAÚJO (G- UNIANDRADE)

Ligia GREATTI (Faculdade Alvorada / UNIANDRADE)

---

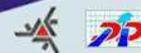
### **REFERÊNCIA**

OLIVEIRA, C.G., BOCALETE, J.C., ARAÚJO, V.S.,  
GREATTI, L. CAPITAL SOCIAL GERANDO  
EMPREENDEDORISMO. **CADERNO DE  
ADMINISTRAÇÃO**. v. 15, n.1, p. 51-60, jul/dez.  
2007.

### **RESUMO**

Este estudo visa aprofundar a reflexão acerca de temas como: a ação empreendedora, e o capital social. Pois, o que se aponta na prática sobre a ação de empreender (como apresentado nos estudos do SEBRAE-PR), é que sem uma rede de contatos e sem capital social dificilmente os empreendedores obtêm sucesso e conseqüentemente torna-se difícil alcançar o desenvolvimento local. Desta forma, o estudo tem como objetivo principal pesquisar o quanto o capital social e a ação empreendedora são importantes para o desenvolvimento local. Para isso, a pesquisa se utiliza de uma revisão na literatura, sobre tais temas. Assim capital social destaca se como fator de confiança, comprometimento, cooperação para um objetivo mútuo, os resultados quais são atingidos por uma sociedade organizada de forma democrática e participativa a do ponto de vista cívico, que são fatores cruciais ao desenvolvimento do empreendedorismo local.

**Palavras-chave:** Capital Social. Empreendedorismo. Desenvolvimento.



## 1 INTRODUÇÃO

Assim como as palavras que diz Maskell “o uso do termo “capital” implica que estamos lidando com um ativo. A palavra “social” nos diz que é um ativo alcançado pelo pertencimento a uma comunidade. Por meio de processos de interação e aprendizado” (Maskell, 2000:111 *apud* Albagli e Maciel, 2002). Tal interação e reciprocidade geram trocas de informações e aquisição de conhecimento, que fortalece o capital humano. O Capital humano gera capital social, que se baseia no compromisso, confiança, organização de uma sociedade com a finalidade de atingir objetivos mútuos, através de uma democracia com o potencial cívico desenvolvido e participativo.

Nestas condições, o ambiente se torna propício ao surgimento de indivíduos criativos e inovadores, que geram novas empresas e novas formas de atuação no mercado. Isso se caracteriza em empreendedorismo, que, quando associado às ações políticas por parte da administração local, desenvolve gerando emprego e renda à população e com isso equidade social e econômica. Esta equidade social e econômica é o que podemos chamar de desenvolvimento econômico local.

Assim, é neste sentido que este artigo se desenvolve, procurando mostrar como o capital social pode gerar o empreendedorismo e conseqüentemente o desenvolvimento econômico de um local, seja este local um bairro, município, região, estado ou nação.

## 2 CAPITAL SOCIAL COMO FATOR PRIMORDIAL AO EMPREENDEDORISMO

Contextualiza-se, em primeiro lugar, ascensão do empreendedorismo como tema estratégico, bem como a importância das condições locais para seu florescimento (ALBAGLI. e MACIEL 2002). As diferentes abordagens do conceito de Capital Social estão baseadas no material teórico desenvolvido por Bourdieu, Coleman e Putnam. Trata-se da construção da última década do século XX, embora tenha Tocqueville como precursor (FRANCO, 2001).

O capital social, segundo Franco (2000) diz respeito aos níveis de organização de uma sociedade, existindo uma relação direta entre os graus de associacionismo, confiança e cooperação atingidos por uma sociedade democrática organizada do ponto de vista cívico e cidadão e a boa governança e a prosperidade econômica. Tal relação pode ser compreendida pelo autor como capital social.

O capital social é um elemento fundamental, pois quando não existem normas e participação cívica, a ação coletiva é fortemente prejudicada. A lição final é aquela apontando que para a estabilidade política, para boa governança e mesmo para o desenvolvimento econômico, o capital social pode ser mais importante até do que o capital físico ou humano. [...] as regiões de maior crescimento social e econômico do mundo são aquelas que apresentam maior coesão e confiança social. (PUTNAM, 2000 *apud* TENÓRIO, *et. al.* 2004, p. 3, grifo do autor).

Vejamos como Putnam (1997, p. 177 *apud* Albagli. e Maciel, 2002) dirige-se ao conceito: “aqui o capital social diz respeito a características da organização social”. Como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. O capital social é função do grau de altruísmo social, ou seja, da capacidade de cooperar de uma sociedade. Para Franco (2001, p. 25), capital social só pode florescer plenamente em comunidades ou sociedades de parceria quer dizer, em coletividades que adotaram um padrão de organização em rede e que regulam seus conflitos democraticamente.



Franco (2001) afirma que o conceito de capital social pretende captar um fenômeno que não pode ser reduzido às formas conhecida de “capital humano” (que se refere ao conhecimento e à capacidade de criá-lo e recriá-lo, à imaginação criadora ao empreendedorismo, à habilidade e competência para realização de uma visão ou sonho), nem de “capital natural” (que se refere aos recursos naturais herdados, regenerados, recriados ou criados). O autor considera capital social um fator de desenvolvimento das sociedades, em cuja presença : a) as sociedades, ou parte delas, exploram melhor as oportunidades ao seu alcance, b) as organizações tornam-se mais eficientes; c) os chamados “custos de transação” são reduzidos; d) as instituições funcionam melhor; e) reduz-se a necessidade do uso da violência na regulação de conflitos; f) mais bem públicos e privados são produzidos; g) mais atores sociais são constituídos; h) a sociedade civil torna-se mais forte. “Em suma, observa-se que a presença desse fator facilita a prosperidade econômica e a boa governança, impulsionando o desenvolvimento e aprofundando a democracia” (FRANCO, 2001, p. 50).

Segundo Bourdier (*apud* Albagli e Maciel, 2002, p.5) partir de seu estudo teórico onde caracterizou a cultura como fenômeno dinâmico e criativo, destaca em seu conceito o capital cultural, utilizado para explicar de que maneira o “julgamento” cultural do grupo dominante é apresentado como universal, permitindo legitimar seu domínio. Para ele o Capital econômico está na enraizado em todos os outros tipos de capital, e constituem a casa para qual toda acumulação eventualmente retorna.

Para Franco (2001. p. 22) quanto menos hierarquia e quanto menos autocracia incidirem numa coletividade humana, mais condições essa coletividade terá de construir como comunidade, produzindo, acumulando e reproduzindo Capital Social, e ainda segundo o mesmo autor ou quanto mais relações de rede se formar entre pessoas e grupos de uma coletividade e quanto mais democráticos forem os processos políticos praticados nessa coletividade mais forte será a comunidade. Para Tocqueville ( *apud* Franco 2001. p. 40) Capital Social não pode ser produzido , acumulado e reproduzido socialmente numa escala ampliada, fora de processos democráticos.

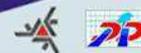
James Coleman (1990, *apud* Albagli e Maciel, 2002, p. 5) Desenvolveu seu trabalho sobre capital social e usou como fonte de pesquisa associar as abordagens da sociologia e da economia. Seus estudos foram desenvolvidos dentro de escolas públicas e escolas católicas a fim de comparar os desempenhos e resultados dos alunos entre o alcance educacional e desigualdade social.

Para Fukuyama *apud* Franco (2001. p. 43) só pode haver produção de capital social se os seres humanos fizerem coisas que contradizem seus interesses imediatos como, por exemplo, cooperar sem esperar recompensa imediata.

Para Franco (2001, p. 52) Explorando o que se denominou Capital Social descobre que ele se refere à capacidade das pessoas de uma dada sociedade:

- a) de subordinar interesses individuais aos de grupos maiores;
- b) de trabalhar juntas visando a objetivos comuns ou ao benefício-mutuo;
- c) de se associar umas às outras e formar novas associações;
- d) de compartilhar valores e normas: para formar grupos e organizações estáveis; e para construir, compartilhar a gestão e, em suma, viver em comunidade.

No contexto educacional Coleman (1990, *apud* Albagli e Maciel, 2002, p. 5) definiu capital social como “o conjunto de recursos intrínsecos nas relações familiares e na organização



social comunitária e que são úteis para o desenvolvimento cognitivo ou social de uma criança ou de um jovem”. Segundo Franco (2001) comunidade vem sendo tradicionalmente definidas como unidades sociais onde compartilham valores, tenham em comum políticas, atividades culturais e econômicas tenham coordenação voltada para o coletivo e que tenha grau de autogoverno.

Coleman (1988, *apud* Albagli e Maciel, 2002, p.6) “capital social é definido por sua função (...) Não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades, com dois elementos em comum: são todos consistentes com algum aspectos da estruturas sociais”.

Dentre os diversos autores, a abordagem conceitual que mais se destaca é de Robert Putnam, que realizou um estudo sobre o desempenho dos governantes da Itália antes e depois da descentralização e a implantação de governos regionais. Segundo Putnam, a consciência política e o elevado nível de comprometimento cívico foram fatores condicionantes do melhor desempenho da Região Norte durante os 20 anos de pesquisa. Em sua análise de casa da “Itália Moderna”, Putnam desenvolve o conceito de capital social definindo da seguinte maneira: “... características da organização social como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM. 1996. p. 177).

Para Fukuyama *apud* Franco (2001. p. 127) Capital Social é uma capacidade que decorre de prevalência de confiança numa sociedade ou em certas partes dessa sociedade. Para Franco (2001. p. 129) em contrapartida requer habito às normas morais de uma comunidade e m no seu contexto, a aquisição de virtudes com lealdade, honestidade e confiabilidade.

Teoria da cooperação baseada em Maturana, segundo Franco (2001. p. 249):

1. O que nos torna humanos é a linguagem.
2. Não é, fundamentalmente, o tamanho do cérebro o que torna possível a linguagem e sim o modo de conviver.
3. O modo de conviver que torna possível a linguagem jamais teria se conservado sem uma forte emoção amistosa capaz de permitir a intimidade na convivência com certa permanência.
4. Sem uma historia de interações suficientemente recorrentes, abrangentes e extensas, onde haja aceitação mutua em um espaço aberto às coordenações de ações, não se pode esperar que surja a linguagem.
5. A linguagem só pode surgir na cooperação.
6. A cooperação esta na constituição humana.

Putnam foi um dos autores mais citados sobre o tema capital social, tem como destaque a explicação e os efeitos relações sociais; questiona-se o valor do capital social humano quando dissociado de relações sociais mais amplas. Para Putnam (1995, *apud* Albagli e Maciel, 2002 p.7) Define-se capital social como traços da vida social, redes, normas e confiança que facilitam a ação e a cooperação na busca de objetivos comuns, essa tríade vem dominando toda a discussão atual sobre o conceito do capital social.

O autor acredita que a confiança lubrifica a vida social; e que sociedades com elevados graus de confiança tornam-se e permanecem ricas porque são cívicas. A confiança é por sua vez alcançada quando há um conhecimento mutuo entre os membros de uma comunidade e uma forte tradição de ação comunitária. Para Franco (2001. p.397) a cooperação que gera capacidade de comunidade, quer dizer capacidade de constituir e de viver em comunidades,



capacidade de realização de projetos comuns entre indivíduos, grupos ou organizações singulares, com interesses e opiniões diferentes.

Desta forma, quanto maior for o desenvolvimento do capital humano de uma sociedade, haverá mais capital social, mais cooperação voluntária; a virtuosidade do equilíbrio social tem relação direta com níveis de confiança, reciprocidade e bem estar coletivo. (TENÓRIO et al 2004).

Coleman, considera que capital social não é apenas uma instituição, mas sim um conjunto de instituições capazes de facilitar ações coletivas, unindo capitais potenciais anteriormente isolados e que se uniram devido o ambiente institucional favorável. sua obra é extremamente valida para compreensão holística do tema (COLEMAN, 1990 *apud* ALBAGLI e MACIEL,2002)

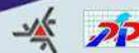
Para Martinho *apud* Franco (2001. p. 389) redes são estruturas plásticas, dinâmicas e indeterminadas, no sentido de que sua configuração é flexível e regida por mecanismos de auto-regulação, à maneira dos sistemas adaptativos. Redes não têm centro, isto é qualquer ponto da rede é um centro em potencial. Algumas características de rede, segundo Franco (2001. p. 392) valores e objetivos compartilhados, vontade, autonomia ou interdependência, participação, multiliderança, descentralização e múltiplos níveis.

Segundo Franco (2001. p. 394) Capital social não gera, não se acumula, não se replica, não, pelo menos, numa escala ampliada – em sistemas hierárquicos. Ou melhor, quanto mais hierarquizado for o padrão organizativo de um sistema, menos se gera, menos se acumula e menos se replica o capital social. Para Franco (2001. p. 397) além do padrão de rede, há um elemento sem o qual definitivamente – não pode ser produzido ou reproduzido o Capital Social. Este elemento é o modo pelo qual os conflitos que ocorrem numa dada sociedade são solucionados.

Para Franco (2001. p. 397) o capital social não se gera e nem se acumula numa sociedade autocrática. A democracia esta fundada no principio de que é possível aceitar a legitimidade do outro, ou seja, de que os seres humanos podem gerar coletivamente projetos comuns de convivência que reconheçam a legitimidade do outro. Para o autor quanto maior for o nível de capital social, mais condições terá uma sociedade de aprofundar e ampliar o processo democrático, e é nessa medida que gera mais condições para a expansão do capital social. Ainda Franco (2001. p. 406) Capital Social não é a mesma coisa que democracia, primeiro se refere a uma capacidade de comunidade e a segunda a um modo de regulação de conflitos.

Segundo Franco (2001, p. 486) investir em capital social ao contrário do que se possa parecer à primeira vista não é cuidar dos problemas sociais que afetam uma sociedade. Para quem quer investir em capital social não existe receita, mas poderia ser mais ou menos assim: Para o mesmo autor (2001, p. 494) construa comunidades em vários níveis – articulados em rede pessoas e grupos humanos e praticando formas diretas e participativa de democracia: isso certamente gerará capital social. Putnam (1995, *apud* Albagli e Maciel, 2002, p. 7). Para Franco (2001. p.397) a cooperação que gera capacidade de comunidade, quer dizer capacidade de constituir e de viver em comunidades, capacidade de realização de projetos comuns entre indivíduos, grupos ou organizações singulares, com interesses e opiniões diferentes.

Desta forma, quanto maior for o desenvolvimento do capital humano de uma sociedade, haverá mais capital social, mais cooperação voluntário; a virtuosidade do equilíbrio social tem relação direta com níveis de confiança, reciprocidade e bem estar coletivo (TENORIO et al 2004). A figura 1 apresenta um esquema ilustrativo a esse respeito.



**Figura 1 - Capital Social e Empreendedorismo**

Fonte: Adaptado de Tenório et al (2004).

Estoques de capital social como: confiança, cooperação tendem a ser acumulativos, a confiança promove a cooperação e a presença desses fatores facilita a governança impulsionando o desenvolvimento e aprofundando a democracia. As redes por sua vez estabelecem laços horizontais de interdependência entre seus membros. Certa dose de capital humano (conhecimento) gere uma dose correspondente de capital social (empoderamento), que gere renda necessária para outra quantidade adequada de capital humano. Através dessas relações, o ambiente se torna próprio ao surgimento do empreendedorismo, que por sua vez promove o desenvolvimento econômico de um local.

### 3 EMPREENDEDORISMO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO

Joseph A. Schumpeter (1883-1950), austríaco, foi quem realmente consolidou o conceito de empreendedorismo associando-o claramente à inovação (FILION, 2000, p.18; 1999a:7). Foi em 1911 que adicionou o conceito de inovação para a definição de empreendedorismo, como sendo o ato de criar coisas novas e diferentes (FILION, 1999a, p.07; 2000b, p.18). Em sua obra, *Business Cycles* (1939), Schumpeter analisou o sistema capitalista e avançou a teoria de que as inovações feitas pelos empresários são os fatores estratégico do desenvolvimento econômico e ocupam uma posição central no processo do ciclo comercial (SELDON & PENNANCE, 1969, p.525). Segundo Sandroni (1994), para Schumpeter esse é o ponto essencial, pois sem empreendedores e suas propostas de inovações tecnológicas, a economia manter-se-ia numa posição de equilíbrio estático, num círculo econômico fechado.

Por inovações tecnológicas, Schumpeter entendia cinco categorias de fatores: a fabricação de um novo bem; a introdução de um novo método de produção; a abertura de um novo mercado; a conquista de uma fonte de matérias-primas; a realização de uma nova organização econômica, tal como o estabelecimento de uma situação de monopólio (SANDRONI, 1994, p.319). Ele falava de vários tipos de inovação, incluindo inovação nos processos, inovação mercadológica, inovação na produção e até mesmo inovação organizacional (SAHLMAN et al, 1999), pois, segundo Schumpeter, “o impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados, das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria” (SCHUMPETER, 1976, p.112).

Seu trabalho enfatizou o papel do empreendedor no processo de criação destrutiva que contribui para a descontinuidade da economia. Na visão de Schumpeter o empreendedor é o



agente de mudança, ou seja, aquele que destrói a ordem econômica existente através da introdução de novos produtos e serviços, através da criação de novas formas de organização e também da exploração de novos recursos e materiais. Schumpeter postulava que o desequilíbrio dinâmico provocado pelo empreendedor inovador, em vez de equilíbrio e otimização, é a norma de uma economia sadia e a realidade central para a teoria e a prática econômicas (DRUCKER, 1987). Segundo Degen (1989), esse processo, chamado por Schumpeter de “destruição criativa”, – é “o impulso fundamental que aciona e mantém em marcha o motor capitalista” e quem dirige esse motor é o empreendedor. Tal processo é responsável pela substituição de produtos antigos por outros mais eficientes, mais baratos, mais ágeis, mais acessíveis, de melhor qualidade e comodidade, como por exemplo, a substituição da máquina de escrever por computadores pessoais, o telégrafo pelo telefone, a caneta tinteiro pela esferográfica, a viagem de navio pela viagem de avião, o trem a vapor pelo trem elétrico e pelo metrô, o ferro a brasa pelo ferro elétrico, entre muitas outras destruições criativas que foram marcos no nosso desenvolvimento econômico. Nesse processo o empreendedor está constantemente utilizando sua capacidade visionária e sua criatividade para aprimorar os produtos, tornando-os melhores e mais acessíveis para atender a necessidade e o bem-estar da população.

Esta constante busca por algo novo e diferente vem da necessidade de realização do empreendedor, através da qual consegue colocar suas idéias em prática e fazer as coisas acontecerem. Schumpeter merece um lugar à parte na História da Economia, e não somente pela sua facilidade discursiva e penetração crítica, mas ainda pela qualidade da sua inteligência, manifesta no seu método analítico, que o singulariza entre os economistas seus contemporâneos (SELDON & PENNANCE, 1969, p.524).

Segundo Leite (2001. p.52) estão engajados num processo que o economista Joseph Schumpeter descreveu como “destruição criativa” - romper os velhos hábitos, pra gerar respostas novas às carências e desejos do mercado. Para Leite (2001. p. 51) os empreendedores são ágeis, persistente e, geralmente, trabalham como um tipo de capital intangível: boas idéias.

Para Bocayuva (s/d) a capacidade empreendedora é o potencial de articulação da bacia de conhecimentos, através da organização do potencial cooperativo, passando pelo peso determinante das relações extra-econômicas e das escolhas politicamente elaboradas pelos sujeitos locais.

Na visão de Joseph Schumpeter, o empreendedorismo busca permanentemente novas oportunidades, gerando novos desequilíbrios, em um processo contínuo de destruição criadora. Boa parte dos autores que desde então, se dedicam a avaliar a importância do empreendedorismo na economia focaram em seu papel de busca de oportunidades. (LEITE, 2002 ). A atitude empreendedora se dá a partir de alguns atributos pessoais do indivíduo empreendedor – tais como auto-conhecimento e controle, baixa aversão ao risco, imaginação, habilidade analítica e de busca, capacidade de antecipação e de romper padrões, habilidades comunicacionais, otimismo, desejo de autonomia, ambição e necessidade de poder. Entende-se, dessa ótica, que são esses atributos – e o fato de os mesmos encontram –se desigualmente distribuídos na população, sendo que apenas algumas podem ser adquiridos ou aprendidos-, que permitem a certos indivíduo ( e não a outros ) tornarem –se empreendedoras. Em síntese, essa visão desconsidera as motivações e influências que o entorno e as estruturas sociais exercem sobre a atitude empreendedora e sobre o grau de empreendedorismo em dada região ou localidade. Contrariamente a esse ponto de vista, tende-se hoje e considerar que fundamental são as condições do ambiente local que proporciona o empreendedorismo, a partir da percepção de que os atores econômicos não são isolados, mas estão embutidos,



enraizados, imersos, imbricados nas relações, redes e estruturas sociais. (ALBAGLI e MACIEL 2002), sendo uma das razões pela qual o conceito de empreendedorismo venha se fundindo tão rapidamente.

De acordo com ANPROTEC (2004) empreender significa:

1. Estimular e apoiar a criação de novas empresas.
2. Preparar as pessoas para atuar em novos segmentos de mercado.
3. Propor novas formas de aproveitar o potencial e a vocação da região para a criação de novos produtos e serviços.
4. Descobrir meios de manter os jovens e as pessoas criadoras e talentosas nas cidades de origem, evitando a fuga para grandes centros.
5. Envolver a comunidade para discutir caminhos para o fortalecimento da economia da região.
6. Criar ambiente favorável ao surgimento de novas idéias criativas que possam gerar novos negócios para o desenvolvimento da região.

De acordo com a visão de Schumpeter (1976) o empreendedor é componente fundamental do processo de desenvolvimento econômico. Para Leite (2002, p. 51) “os empreendedores soa um dos ativos mais importante de qualquer economia.”

Citando Tenório, *et. al.*(2004, p. 1) Desenvolvimento no sentido de desenvolver uma localidade é: “[...] empreender iniciativas de desenvolvimento a partir de características, vocações e apelo local [...] : econômica, social, cultural, ambiental e físico-territorial, político-institucional e científico-tecnológica que mantêm umas em relação às outras, um relativo grau de autonomia”.

Para que haja esse desenvolvimento segundo Franco (2001) é necessário a presença de vários fatores, como: nível educacional da população, pessoas que tomem iniciativas, assuma responsabilidade de empreender novos negócios, sendo fundamental a participação da sociedade. Assim uma comunidade se desenvolverá quando tornar dinâmicas suas potencialidades. O capital social é de suma importância para que haja o desenvolvimento de uma localidade, assim como para o crescimento econômico.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo, podemos perceber a importância do empreendedorismo para o desenvolvimento econômico, bem como a importância do capital social para a promoção do empreendedorismo, visto que capital social representa: cooperação, comprometimento, confiabilidade, participação da população, tornando a comunidade mais cívica e facilitando a boa governança, uma sociedade com atuação democrática, trabalhando por objetivos mútuos e com reciprocidade.

O capital social é fundamental para que exista uma sociedade comprometida, assim, conseguirá produzir, acumular e reproduzir capital social, tornando assim uma sociedade rica economicamente e socialmente, formando assim um círculo virtuoso. Certa dose de capital humano (conhecimento) gere uma dose correspondente de capital social (empoderamento), que gere renda necessária para outra quantidade adequada de capital humano, que de forma conjunta e com a participação de outros atores (governo, empresariado, instituições) geram empreendedorismo, contribuindo para o equilíbrio social e econômico.



## 5 REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita & MACIEL, Maria Lúcia. **Capital Social e Empreendedorismo Local**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Apoio:SEBRAE, FINEP, CNPQ. 2002.

ANPROTEC. **Agenda das cidades empreendedoras e inovadoras**. 2004. (disponível em: [www.anprotec.org.br](http://www.anprotec.org.br))

DEGEN, R. J. **O empreendedor: fundamentos da iniciativa empresarial**. São Paulo: McGraw-Hill, 1989.

DRUCKER, P.F. **Inovação e Espírito Empreendedor: prática e princípios**. 6ª Edição, São Paulo. Pioneira: 1987.

FILION, Louis Jaques. **Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios**. Revista de Administração. Universidade de São Paulo (USP). V.34, n. 2, p. 05-28, abril/junho, 1999 (a).

\_\_\_\_\_. Diferenças entre sistemas gerenciais de empreendedores e operadores de pequenos negócios. Revista de administração de empresas. São Paulo: FGV. V.39, n. 4, p. 6-20, outubro/dezembro 1999(b).

\_\_\_\_\_. O empreendedorismo como tema de estudos superiores. In: empreendedorismo: ciência, técnica e arte. Instituto Euvaldo Lod. Brasília: CNI. IEL Nacional, 2000, 100 págs. p.15-42.

FRANCO, Augusto. **Porque precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável**. Editora Eletrônica: comprukromus Editoração e Assessoria Gráfica Ltda. Instituto de Política. Brasília- DF: 2000.

FRANCO. Augusto. **Capital Social**. Copyright. Brasília-DF: 2001.

LEITE. Emanuel. **O fenômeno do empreendedorismo: Criando Riquezas**. Ed. Edições Bagaço. 3ª Edição, 2002.

MEYER-STAMER, Jörg. **Estratégias de Desenvolvimento Local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica**. Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper: 2001.

MEYER-STAMER, Jörg. **Porque o Desenvolvimento Econômico Local é tão difícil, e o que podemos fazer para torna-lo mais eficaz?**. Friedrich Ebert Stiftung: 2001.

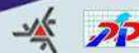
PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia: a história da Itália moderna**. São Paulo. Editora FGV. 1996.

SAHLMAN, W.; STEVENSON, H; ROBERT, M.J. & BHIDÉ, A. **The Entrepreneurial Venture**. 2ª Edição. Boston, Massachusetts : Harvard Business School Press, 1999.

SANDRONI, Paulo. **Novo Dicionário de Economia**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Best Seller. 1994.

SCHUMPETER, J.A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultura, 1991.

SELDON, Arthur & PENNANCE, F.G. **Dicionário de Economia**. Tradução de Nelson de Vicenzi. 1º volume, Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A, 1968.



TENÓRIO, Fernando Guilherme; DUTRA, José Luis Abreu; MAGALHÃES, Carla Marisa Rebelo. **Gestão social e Desenvolvimento Local: uma perspectiva a partir da cidadania deliberativa.** Anais do XXVIII ENANPAD – Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. Curitiba – PR: 2004.